

ATA DA 28ª PLENÁRIA DO CONSELHO ESTDUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

1 Aos onze dias do mês de julho de dois mil e dezenove, no auditório da
2 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SDS-SC), às 13h30min,
3 compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos – CEDH,
4 os seguintes conselheiros: **representantes da sociedade civil**: Nadir Cardozo
5 dos Santos (Central Única dos Trabalhadores – CUT); Yara Maria Moreira Faria
6 Honke (Conselho Regional de Psicologia – CRP/SC); Erli Aparecida Camargo
7 (Fundação Instituto Nereu Ramos – FINER); Cynthia Maria Pinto da Luz (Centro
8 de Direitos Humanos Maria da Graça Bráz – CDH-Joinville); Jairton Fabeni
9 (Federação Catarinense de Entidade de e para Cegos – FECEC); João Carlos de
10 Liz (Associação Serrana dos Deficientes Físicos – ASDF); Anne Teive Auras
11 (Associação dos Defensores Públicos do Estado de Santa Catarina – ADEPESC)
12 **representantes governamentais**: Rosimari Koch (Secretaria de Estado da
13 Educação – SEE); Aretusa Larroyd (Secretaria de Estado da Assistência Social,
14 Trabalho e Habitação – SST); Arlete Jocelina Adriano (Secretaria de Estado da
15 Saúde – SES); Alexandre Boleslau Wisintainer (Secretaria de Estado da Fazenda
16 – SEF); Elias Zacarias Romão (Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA;
17 Manuela Brandão da Silveira Ribeiro (Secretária Executiva do CEDH-SC) e
18 Leonardo K.dos Santos (visitante). **Ponto 1 da pauta - Abertura. A plenária é**
19 **aberta** pela presidenta do Conselho Estadual dos Direitos Humanos – CEDH,
20 Cynthia Maria Pinto da Luz, salientando sobre a importância e, afirmando que os
21 conselheiros estão sempre presentes. E, acrescentou ainda que, a interlocução
22 entre os mesmos vem acontecendo desde a gestão anterior. A presidente ressalta
23 em sua fala o momento político grave pelo qual estamos passando em nosso
24 país, onde está se intensificando a perda dos direitos para a maioria da população
25 brasileira. Outro ponto destacado pela presidente, foi sobre a Reforma da
26 Previdência, nesse momento a mesma faz uma provocação ao grupo, no sentido
27 de que cada um possa se utilizar de sua capacidade de representação pela
28 liderança que se tem, seja no local de trabalho ou nos locais de militância, nos
29 locais de atuação para que desta forma possa se ter “voz forte” em defesa
30 daqueles que vivem à margem da sociedade. A presidente Cynthia diz ser uma
31 obrigação que seja feito este registro no sentido de que o tema Direitos Humanos
32 é de tamanha importância que se faz presente na Declaração universal dos
33 Direitos Humanos promulgada pela ONU no ano de 1948, assim como na
34 Constituição Federal Brasileira desde o seu preâmbulo que nos faz lembrar que
35 somos todos iguais perante a lei e todos nós temos direito a tudo e não somente
36 aqueles que tem dinheiro, poder econômico e poder político. Dando seguimento,
37 a presidente pergunta se alguém gostaria de fazer alguma colocação e que a
38 plenária estava aberta. A conselheira Erli se manifestou dizendo que era uma
39 satisfação começar uma reunião com quórum. A conselheira acrescentou ainda
40 que, na reunião do mês anterior, apesar de terem pontos de pauta muito
41 importantes, por não haver quórum, nada pode ser deliberado, mas mesmo assim
42 o tema feminicídio foi bastante discutido e o tempo foi de muito proveito. A
43 conselheira Erli, complementou sua fala dizendo que devido a falta de quórum
44 alguns pontos ficaram “suspensos” por 1(um) mês sendo retomados somente a
45 partir desta reunião. Finalizando sua fala, a conselheira Erli parabenizou a
46 sociedade civil, os quais estavam quase todos presentes na última reunião.
47 Dando prosseguimento, a presidente Cynthia informou que inverterá o ponto de
48 pauta para que a Secretaria *ad hoc*, Bárbara se despeça do grupo e nesse
49 momento será introduzido o ponto Secretária Executiva. A presidente Cynthia
50 agradece em nome de todo o conselho pela disponibilidade da Bárbara dentro de
51 um contexto de transição onde houveram muitas incertezas e mesmo não sendo

52 esta uma de suas atribuições. À Bárbara foi cedido um momento para que esta se
53 despeça de todos. Logo em seguida a presidente passa a palavra para a
54 Secretária Executiva, Manuela, para que esta se apresente ao grupo. Antecipa-se
55 o **Ponto 04 da pauta**. A **Secretária** fez uma breve **apresentação** e em sequência
56 a presidente lhe dá as boas vindas. Ainda dentro do tema Secretária Executiva, a
57 presidente Cynthia expôs em nível de contextualização que a Secretária
58 Executiva do CEDH é um *staff* já previsto em lei, assim como tem que ter dotação
59 orçamentária suficiente para custear a vinda e permanência dos conselheiros nas
60 reuniões do Conselho. A presidente complementou sua fala lembrando da
61 dificuldade de se conseguir uma Secretária Executiva na gestão anterior ao
62 governador Moisés. E, finalizou informando que a Karina assumiu a diretoria de
63 Direitos Humanos e acredita que esta juntamente com a Secretária Maria Elisa,
64 ambas tenham tido papel importante para garantir a Secretária Executiva deste
65 Conselho. A presidente manifestou toda a sua alegria e contentamento com a
66 vinda da Secretária Executiva com vistas não somente ao apoio ao trabalho
67 burocrático do conselho mas, especialmente quanto à memória do Conselho: do
68 arquivo, das atas, das notas, das insurgências, dos casos de violação de Direitos
69 Humanos que são analisados por este Conselho para que isso não se perca, pelo
70 menos não na parte da história em que os presentes sejam os protagonistas. A
71 presidente informou ao grupo que a Secretária Executiva já está incluída nos
72 grupos do aplicativo Whatsapp e, solicitou aos presentes que qualquer dúvida,
73 problema ou pedido possa ser feito diretamente com a Secretária. **Ponto 02 da**
74 **pauta** leitura e aprovação da **ordem do dia** e a questão das **Atas**. A presidente
75 perguntou se todos receberam a convocação da reunião e todos respondem de
76 forma afirmativa. Neste momento a presidente fez a leitura da pauta e em
77 sequência foi perguntado se algum dos presentes gostaria de alterar ou incluir
78 algum ponto na pauta. A conselheira Yara pediu para que fosse incluída nos
79 informes, a Comissão de combate à tortura. Em sequência o conselheiro Fabeni
80 pediu para que fosse acrescentado na pauta o caso dos Venezuelanos no
81 município de Navegantes. A conselheira Erli solicitou que fosse incluído na pauta
82 convite para o Seminário Estadual dos Direitos Humanos, em Lages. Em seguida
83 a conselheira Aretusa pediu para que fosse acrescentado o convite do evento
84 Agosto Lilás e por fim, a conselheira Arlete pediu para que fosse acrescentada
85 uma apresentação, com ênfase técnica, sobre a Reforma da Previdência. A
86 presidente Cynthia disse ter alguns pontos a acrescentar nos informes, dentre os
87 quais são: a resposta da COJUR quanto ao Regimento Interno, o Mecanismo
88 contra tortura da ONU, a Reforma da Previdência vista principalmente sob a ótica
89 das mulheres e pessoas com deficiência e, tirar uma nota de repúdio quanto ao
90 fechamento das Defensorias Públicas. A presidente questionou aos presentes se
91 a Ata do mês de Maio foi enviada e lida por todos. Alguns dos presentes
92 informaram que a mesma já havia sido encaminhada pela Bárbara, porém não
93 pode ser aprovada na reunião do mês de junho, pois não teve quórum. A
94 conselheira Aretusa colocou como sugestão que a Ata fosse lida naquele
95 momento. A presidente concordou com a Aretusa. O conselheiro Fabeni se
96 manifestou de forma contrária dizendo ser mais fácil encaminhar por e-mail para
97 leitura individual e com a devolutiva também via correio eletrônico. A conselheira
98 Aretusa pediu para que apenas esta, em especial, seja lida em plenária em razão
99 da lacuna que existiu neste meio tempo. Ficou decidido então pela leitura e
100 discussão da Ata de Maio, nesta plenária. Fez-se então a leitura da Ata nº 26 da
101 Plenária de 09 de Maio de 2019 pela Secretária Executiva. Após leitura da Ata, a
102 conselheira Erli pontuou algumas correções em sua fala e se comprometeu a
103 enviá-las posteriormente. A presidente disse ter feito todas as anotações das
104 pendências, sendo uma delas o Seminário do Femicídio. A conselheira Aretusa
105 comentou que os materiais sobre esse assunto já foram encaminhados. A
106 conselheira Erli fez uma observação de que na reunião anterior houve um debate

107 sobre feminicídio e na intenção de que não houvesse novamente o mesmo
108 debate, sugeriu que o material produzido naquela reunião fosse disponibilizado
109 aos demais conselheiros. A conselheira Aretusa comentou que ficará atenta aos 5
110 (cinco) relatórios das audiências públicas promovidas por esta Comissão sobre
111 Feminicídio e Violência contra a Mulher e, quando o relatório for finalizado pela
112 deputada Marlene será encaminhado a todos via correio eletrônico. A presidente
113 retorna com a palavra e expôs sobre a importância de que a Ata seja redigida
114 com registro das presenças e ausências, assim como dos pontos debatidos e
115 acumulados, mesmo não havendo quórum. Ainda dentro desse contexto, solicitou
116 para que fosse redigida a Ata do mês de junho. A presidente finalizou sua fala
117 comentando que, mesmo não havendo quórum que o conselho continue
118 caminhando, principalmente neste momento político em que os conselhos estão
119 em baixa, onde muito se discute e decide-se, mas as deliberações parecem ser
120 inexecutáveis. Finalizada sua fala, a presidente pediu então ao grupo para que
121 mesmo diante de tal situação que isso não seja motivo para desânimo. Dando
122 sequência a presidente perguntou a Secretária Executiva sobre as **justificativas**
123 **e ausências. Ponto 03 da pauta.** A Secretária respondeu começando pelo
124 conselheiro Sidnei, que mandou justificativa via aplicativo Whatsapp e, também
125 via correio eletrônico, da conselheira Ledronete via correio eletrônico porém com
126 a presença de sua suplente e do conselheiro Elias (IMA) justificando sua saída
127 antecipada. Finalizado este ponto passa-se então para o **ponto 05 da pauta, da**
128 **Comissão Extraordinária da Violência contra a Mulher.** A conselheira Erli
129 colocou que esta proposta, aprovada é bem específica, é uma Comissão formada
130 apenas por homens. A conselheira anteriormente citada explicou que a ideia de
131 criação desta Comissão surgiu a partir da necessidade de que os homens se
132 posicionem dentro de um contexto de defesa de direitos da mulher. A mesma
133 acrescentou ainda que essa Comissão foi aprovada e na sequência feito um
134 levantamento dos conselheiros deste conselho que comporão essa comissão. A
135 conselheira Erli finalizou sua fala explicando que a ideia é de que as mulheres
136 subsidiem essa Comissão para que eles tenham documentos, como por exemplo,
137 o Pacto Maria da Penha, que são próprios do mundo feminino para que desta
138 forma os mesmos se apropriem do assunto. E, ainda foi colocado, pela
139 conselheira que em encontro anterior foi proposto que fosse feito um Seminário
140 ou uma **roda de conversa para que os homens, ponto 06 da pauta,** para que
141 estes possam participar, no mês de Agosto e, a partir deste momento entrariam
142 os demais conselheiros. Nesse momento a conselheira Erli questionou os
143 conselheiros que estavam presentes na reunião pela primeira vez: o senhor Elias
144 Zacarias Romão (IMA) e o senhor Alexandre Boleslau (SEF), se eles teriam
145 interesse em participar desta Comissão. O conselheiros Elias respondeu de forma
146 afirmativa porém o seu problema seria a agenda e então perguntou sobre os
147 períodos de encontro. A conselheira Erli respondeu ao questionamento do
148 conselheiro dizendo ainda não ter pré-definidas as datas e, complementou
149 explicando que quando for abordado o item Comissões a partir deste momento
150 fossem definidas as datas. O conselheiro Alexandre Boleslau (SEF) introduziu sua
151 fala dizendo achar tudo muito interessante porém estava tentando entender o que
152 estava acontecendo neste Conselho pois a Secretaria de Estado da Fazenda
153 (SEF) questiona muito a sua participação em alguns conselhos que não fazem
154 parte de sua área fim. O conselheiro acrescentou ainda que talvez por se ter uma
155 perspectiva de ter um conselheiro da Secretaria da Fazenda isso facilite algum
156 aspecto econômico do Conselho isso pode ser errôneo. O conselheiro continuou
157 sua fala expondo que há algum tempo, quando trabalhava no setor de gestão de
158 pessoas da SEF, ele próprio, fazia esse levantamento dos interessados em
159 participar dos Conselhos e na época foi levantada pela própria Secretaria a
160 pertinência de estar inserida em determinados Conselhos que não tem relação
161 efetiva com o escopo da Fazenda. Finalizou dizendo ser essa a justificativa da

162 sua surpresa em estar ali presente, questionou se a presença da SEF estava
163 prevista em lei e prontamente foi respondido pela presidente de forma afirmativa.
164 O conselheiro Boleslau comunicou que precisaria sair um pouco mais cedo por
165 conta de sua participação em um processo licitatório e que estava presente nesta
166 reunião para entender um pouco sobre o Conselho e se comprometeu a encontrar
167 uma pessoa dentro da SEF que tenha relação com esse tema. O conselheiro
168 pediu para que não fosse mal interpretado, porém o tema está muito distante da
169 realidade em relação a sua formação. Nesse momento, a presidente perguntou ao
170 conselheiro de que forma ele ficou sabendo da sua participação neste conselho.
171 O conselheiro respondeu que foi a partir de um telefonema feito pela Secretária
172 Executiva, Manuela. Complementou sua fala comentando que quando informou a
173 sua gerente sobre a sua participação no conselho a gerente também não tinha
174 conhecimento de nada. Concluiu sua fala comentando que participou de outros
175 conselhos, como o da Criança e adolescente representando a Fazenda e
176 participou de eventos em Brasília. A presidente Cynthia retorna com a palavra se
177 dirigindo ao conselheiro Boleslau e citando o art. 7º da lei do conselho, fez a
178 leitura de todos os membros governamentais e acrescentou ainda sobre a
179 dificuldade encontrada não só por este conselho como também os demais, da
180 participação dos membros governamentais. E, em seguida, relacionou essa
181 dificuldade com às palavras expressas pelo conselheiro. A presidente comentou
182 que para algumas entidades como: a saúde, a educação e a assistência social é
183 muito fácil se ver inserido nesse conselho e, por outro lado é muito difícil para a
184 Casa Civil, Fazenda e até mesmo a Justiça e Cidadania se ver como parte desse
185 Conselho. A presidente manifestou a sua opinião dizendo que a seu ver isso
186 acontece por dois motivos, o primeiro deles porque o Estado é o maior violador de
187 direitos humanos e “nós” representamos os violadores, e como consequência
188 disso, não nos reconhecemos como parte do todo violado. O conselheiro Boleslau
189 se posicionou dizendo discordar da fala da presidente e que em nenhum
190 momento a Fazenda infringiu nenhum dos direitos humanos. A presidente
191 concluiu sua fala explicando que o Estado é o maior violador na medida em que
192 não investe nas Políticas Públicas da forma que seria necessário e cita aqueles
193 que representam o Estado que se vêem num lugar que não é aparentemente o
194 seu. O conselheiro Boleslau (SEF) manifestou-se dizendo que apesar sua
195 surpresa em estar fazendo parte deste conselho em respeito a este se fez
196 presente. A presidente se dirigiu ao conselheiro Boleslau dizendo estar lhe
197 lançando um desafio que é exatamente se ver neste lugar, para tratar as barreiras
198 visualizadas num primeiro momento, de que o assunto direitos humanos não tem
199 nada haver com a função final do trabalho desempenhado pelo conselheiro na
200 Fazenda. A presidente concluiu sua fala comentando que é de seu conhecimento
201 que não é de responsabilidade do conselheiro conseguir recursos financeiros para
202 o conselho. Finalizou sua fala dizendo que sua responsabilidade, é estar presente
203 como uma pessoa representando o poder público que vem pensar sob a ótica de
204 direitos humanos. O conselheiro Elias (IMA), fez um breve comentário sobre a
205 sua função dentro da entidade que trabalha e comentou que em seu ambiente de
206 trabalho a ideia de direitos humanos que se tem é a, de que só beneficia
207 bandidos. E se diz ficar um pouco “perdido” sobre em qual local deve estar, porém
208 manifestou-se dizendo não discordar de estar ali presente. Concluiu sua fala
209 dizendo compartilhar da mesma ideia da presidente quanto à questão de que o
210 Estado é o maior violador dos direitos humanos. Nesse momento, a presidente
211 informou que não há obrigação de participar de nenhuma Comissão e não há
212 implicação em ter que responder ou levar algum tipo de reivindicação para
213 respectivas Secretarias. Caso isso se faça necessário será feito Ofício, dirigido da
214 Mesa Diretora do Conselho a gestor pertinente. A presidente Cynthia concluiu a
215 sua fala dizendo que as pessoas, de modo geral, quando se fala em direitos
216 humanos sempre pensam que é para os outros e nunca para si, até o momento

em que seja violado um direito seu. Nesse instante a presidente colocou que todos são bem-vindos ao conselho mesmo aqueles que pensam um pouco diferente ou ainda para aqueles em que estas questões não atingem tanto no seu dia a dia. Dando prosseguimento a reunião começa-se a discussão do **ponto 07** da pauta: **Comissões**. A conselheira Erli informou ter uma planilha montada e, a partir do momento que o novos membros forem chegando seria necessário apenas a inserção dos mesmos e, acrescentou ainda que o segundo passo a ser dado seria a partir do tema específico de cada Comissão para preparação das reuniões. Em meio ao tema **Comissões** surgiu a dúvida sobre quem assumiria, dentro dos representantes governamentais, Fazenda, Instituto do Meio Ambiente e Educação, no lugar da Conselheira Ledronete, na Mesa Diretora, mais especificamente na 2ª secretaria. Retomando o tema Comissões, a presidente questionou se já foi encaminhado nesta gestão alguma notícia das Comissões. A conselheira Aretusa explicou que as Comissões foram formadas, porém não, encaminhadas em virtude das mudanças que viriam com a Reforma Administrativa. A conselheira Erli mencionou que houve algumas tentativas de reuniões anteriores, no período da manhã porém não houve sucesso devido ao grande número de ausências, justificativas e muitos não conseguiam chegar de manhã cedo concluiu sua fala mencionando que foi proposto então que as reuniões das Comissões aconteçam no mesmo dia das Plenárias. Nesse momento a conselheira Aretusa fez a leitura das Comissões e respectivos membros ao mesmo tempo em que a presidente Cynthia foi fazendo algumas alterações possíveis. Após a leitura, a conselheira mencionou se fazer necessária uma revisão das composições dessas Comissões, uma vez que muitas dessas pessoas poderiam não se fazer mais presente nesse Conselho e, concluiu sua fala sugerindo a definição dos encontros. A conselheira Aretusa colocou à disposição a sala nova desta Secretaria, que será adaptada para as plenárias e, também a sala de reuniões onde atualmente as plenárias são realizadas. A presidente passou esse trabalho de ajuste da planilha das Comissões com nomes dos membros e respectiva entidade para a Secretária Executiva e finalizado este deve ser encaminhado a todos os conselheiros para revisarem e possivelmente modificarem e ser discutido na próxima reunião. Dentro desse contexto a conselheira Aretusa complementou a fala da presidente informando que precisa ficar definido o nome de cada coordenador (responsável) por cada Comissão. A conselheira Erli lembrou que ficou decidido em reunião anterior que, somente após toda a bancada do governo ser nomeada, a partir desse momento seria resolvido sobre o coordenador. A **Comissão de Violência contra a Mulher**. Composta por homens ficou em aberto para ser resolvida em outro momento. A conselheira Yara Hornke, questionou a presidente se o colaborador da Comissão teria que fazer parte do Conselho pois a mesma teria interesse em convidar os integrantes do grupo das mulheres de outro Conselho ao qual participa. A presidente esclareceu explicando que qualquer pessoa que tenha o perfil e aprovado em plenária pode fazer parte de qualquer uma das Comissões e, ainda independentemente se é uma pessoa ou entidade. A presidente expôs a todos os presentes um problema a ser resolvido que é dos encontros das Comissões. A presidente se posicionou em relação a questão dizendo que os mesmos deverão acontecer no mesmo dia das plenárias, devendo-se equacionar o dia pois além do problema de fechamento de agendas, têm-se também a falta de recursos econômicos. A presidente concluiu sua fala comentando que na primeira gestão houve a tentativa de se fazer a reunião da Comissão pela manhã e a plenária à tarde, porém não funcionou. Dando continuidade, ainda dentro do contexto, a presidente comunicou que após atualização da planilha das Comissões, a conselheira Erli irá atualizar a lista do aplicativo WhatsApp para por enquanto tentar resolver os problemas por meio deste recurso. A conselheira Erli sugeriu que, no próximo mês (agosto), onde provavelmente todas as Secretarias já

272 tenham indicado seus representantes e, uma vez esses presentes, que seja feita
273 logo na primeira reunião o fechamento das Comissões com seus respectivos
274 coordenadores. A presidente concorda com a sugestão acima proposta.
275 Finalizado o ponto Comissões passa-se então para o **caso dos Venezuelanos**,
276 incluído como ponto de pauta no início dessa reunião. A presidente passa a
277 palavra para o conselheiro Fabeni. O conselheiro anteriormente citado introduziu
278 sua fala relatando que no mês passado, mais precisamente em Junho, foi
279 noticiado nos jornais sobre uma família de Venezuelanos que ficou desabrigada
280 no município de Navegantes. Os funcionários do aeroporto acionaram a
281 Secretaria de Desenvolvimento Social do Município e a Secretária disse não ser a
282 responsável por isso acionando por sua vez o Conselho Tutelar, pois haviam
283 crianças envolvidas. O conselheiro concluiu seu relato informando que o
284 conselheiro tutelar, sensibilizado com a situação, levou-os para sua residência e
285 finaliza propondo que seja tirada uma nota de esclarecimento. A conselheira
286 Aretusa comentou que a gestão tem que assumir a responsabilidade e que o
287 município conta com uma rede de apoio como o CRAS, os abrigos e os conselhos
288 de direito. A presidente questionou ao conselheiro Fabeni qual era a sua
289 sugestão. Esse respondeu que em sua opinião fosse tirada uma nota de
290 esclarecimento a devida Secretária ou uma nota de repúdio para que não
291 aconteça mais casos como este. A conselheira Erli se dirigiu ao conselheiro
292 Fabeni, o questionando se alguém, especificamente, da sociedade tomou alguma
293 atitude a respeito. O conselheiro respondeu que os únicos a tomarem alguma
294 atitude foram: o conselho tutelar devido ao fato de envolver crianças e a Câmara
295 Municipal de Vereadores que redigiu uma Moção em plenária. A presidente então
296 perguntou ao conselheiro se não teria como conseguir cópia desta Moção para
297 que em posse desta seja feito um ofício dirigido a Secretaria de Assistência Social
298 do município de Navegantes. Nesse momento a conselheira Yara comunicou que
299 no dia seguinte a esta reunião, às 14 horas, haveria reunião na ALESC, do grupo
300 de apoio ao imigrante Venezuelano. A presidente propôs então que a denúncia
301 seja feita nesse dia. A conselheira Yara Hornke informou que considera ser
302 interessante levar esse caso para esta reunião na ALESC, no sentido de que
303 existe uma política pública nacional criada por este governo de acolhimento dos
304 Venezuelanos e, concluiu sua fala afirmando que existe recurso disponível para
305 este tipo de ação. O conselheiro Fabeni se comprometeu a separar todo o
306 material para que desta forma o Conselho possa tomar as medidas que lhe é
307 cabível. A presidente informou que a partir do recebimento do material, este será
308 encaminhado para o Marcel, do grupo de imigrantes. A conselheira Aretusa
309 informou nesse momento que todos os CRAS, junto com a Polícia Rodoviária
310 Federal (PRF), a Defensoria Pública da União serão capacitadas através da
311 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SDS) para acolhimento dos
312 imigrantes. A conselheira Erli comentou que em seu ponto de vista essa
313 preocupação, em relação aos imigrantes, é de abrangência estadual. A
314 conselheira, nesse momento, fez um breve comentário de um caso que
315 aconteceu em sua região (Região Serrana), e afirmou que dialogando com as
316 pessoas de municípios vizinhos as situações são basicamente as mesmas. A
317 conselheira sugeriu então que fosse elaborada uma proposta em termos de
318 política. A conselheira Aretusa comentou que é nisso que o estado está se
319 reparando, através da sua rede de atendimento e sugeriu que fosse incluído como
320 ponto de pauta para a próxima reunião. Nesse momento então a conselheira Yara
321 comentou sobre o trabalho do CRAI e do acúmulo do conhecimento que eles
322 adquiriram através da Pastoral do Imigrante. A conselheira acrescentou ainda que
323 em função disso a diretora Karina foi numa reunião do CRAI e, a partir desse
324 momento surgiu a proposta de qualificar os CRAs, que é a proteção básica dos
325 municípios para atendimento aos imigrantes refugiados. A conselheira concluiu
326 sua fala propondo que o Conselho acionasse alguém do CRAI, o quanto antes

327 pois existe a possibilidade de seu fechamento no mês de setembro deste ano. E,
328 se possível que o Conselho adiantasse uma proposta ao Comitê do Conselho
329 para dialogar com o Estado e analisar se somente a qualificação é suficiente ou
330 se é necessário, outros instrumentos para acolher. A conselheira Erli acrescentou
331 ainda como sugestão que se tenha a perspectiva de criação de um programa para
332 que o problema seja minimizado e lembrou que o CRAI era um projeto de 2 (dois)
333 anos que não se transformou em programa e, além disso era autônomo, não
334 contava com recursos públicos e a tendência é aumentar o volume de imigrantes.
335 A presidente informou aos presentes que este Comitê da Comissão de Direitos
336 Humanos, que é o Comitê: grupo de trabalho de apoio ao imigrante refugiado está
337 preparando um projeto de lei, onde se discute todas essas questões. A presidente
338 concluiu sua fala sugerindo que então se invista neste projeto de lei, caso
339 aprovado e, acrescentou ainda que no dia seguinte a esta reunião ocorrerá uma
340 discussão, na Assembleia, sobre este projeto de lei e a diretora Karina se fará
341 presente para apresentar os dados em Santa Catarina. A conselheira Aretusa
342 perguntou de quem é este projeto de lei. A presidente respondeu que é da
343 Comissão de Direitos Humanos e quem está na presidência é a senhora Ada de
344 Luca e o vice-presidente é o Fabiano da Luz. A conselheira Aretusa informou que
345 estarão presentes nesta reunião a diretora Karina e a gerente de políticas do
346 imigrante, Regina, e finalizou comprometendo a inteirar-se com ambas sobre o
347 que foi discutido. Nesse instante passou-se para o **ponto 08 de pauta.**
348 **Planejamento Estratégico.** A presidente questionou a conselheira Aretusa se
349 esta enviou o material que contemplava o planejamento. A conselheira respondeu
350 afirmativamente e comentou sobre o resgate das Atas e que a partir da chegada
351 da Secretária Executiva aos poucos as coisas irão sendo devidamente
352 organizadas. A presidente Cynthia informou que ainda não conseguiu analisar o
353 material. A conselheira Aretusa provocou a Mesa Diretora, no sentido de retomar
354 esse trabalho principalmente nesse momento com a chegada da Secretária
355 Executiva. A presidente colocou ao grupo que o Planejamento não deve ser nada
356 exagerado, deve conter o que é principal. A conselheira Aretusa comentou que
357 muitas Atas, tarefas e ações de Atas possivelmente irão coincidir, sugerindo que
358 seja feito uma compilação, e, concluiu dizendo que com a chegada da Secretária
359 Executiva esse trabalho iria avançar. Finalizado esse tema passou-se então para
360 os 6 (seis) **informes – Ponto 9 da pauta.** A presidente questionou a conselheira
361 Anne, se esta não gostaria de comentar um pouco sobre a **matéria do**
362 **Mecanismo** que foi enviada. A conselheira Anne introduz sua fala comentando
363 sobre o esvaziamento do Mecanismo, que não foi um fechamento formal,
364 acrescentou ainda, sobre o corte de orçamento e servidores e que estes ficariam
365 trabalhando de forma voluntária e não remunerada. A conselheira complementou
366 ainda que este fato está sendo objeto de discussão na ONU, uma vez que se trata
367 de uma situação bastante preocupante pois esta era uma forma de monitorar a
368 prática da tortura não apenas as prisionais, assim como em todas as unidades de
369 acolhimento, para idosos, dependentes químicos, concluiu registrando que foi um
370 desmonte de forma repentina. A presidente perguntou ao grupo se tira uma nota
371 sobre o assunto, adota por exemplo, posicionamento do Conselho Nacional de
372 Direitos Humanos. A conselheira Erli questionou se todos têm conhecimento
373 dessa nota do Conselho Nacional. A presidente sugeriu resgatar a colocar no
374 documento. Nesse momento a presidente passou a palavra para a conselheira
375 Yara que tem um **informe sobre o comitê.** A conselheira Yara informou que teve
376 de ser criada uma comissão própria do Comitê de Combate à tortura que seria um
377 organismo vinculado, um braço estadual do Comitê Nacional. A conselheira
378 relatou que o Comitê conta com um trabalho de aproximadamente 4 anos, dentre
379 os quais foram feitas diversas ações em conjunto com o Comitê nacional e
380 reuniram-se várias entidades como: DEAP, Ministério público, OAB, Defensoria
381 Pública. E, acrescentou ainda que conseguiu-se a partir dos projetos que foram

382 encaminhados para a ALESC que a questão da tortura fosse tratada pela
383 Secretaria da Justiça e Cidadania(SJC). Em discussão a Comissão propôs
384 vitalizar o trabalho através de eventos públicos até o final deste ano. Foram
385 propostos 4 (quatro) eventos, sendo que o primeiro deles foi realizado na ALESC
386 e, a conselheira relatou que encaminhou resumo da reunião pelo grupo e,
387 finalizou sua fala informando que no dia 28 de agosto acontecerá outro evento,
388 onde pretende-se fazer em praça pública em forma de aula sobre Direitos
389 Humanos, Tortura, dentre outros. A conselheira Yara pediu ao grupo que assim
390 que encaminhar o convite ao grupo que todos possam estar compartilhando. A
391 conselheira Aretusa comentou que dando continuidade a este ciclo de debate que
392 já aconteceu em Junho, acontecerá em agosto, outubro e, em dezembro, no dia
393 dos Direitos Humanos, a diretoria, o conselho estadual vão fazer uma ação junto
394 com aquele momento reservado para dezembro. Finalizado este informe passou-
395 se então para o próximo - **regimento interno**. A presidente Cynthia introduziu o
396 assunto informando que a Secretária Executiva recebeu no dia 10 de julho,
397 anterior a esta reunião durante o final do expediente um correio eletrônico com a
398 resposta da COJUR quanto ao regimento interno e, por este motivo ainda não foi
399 encaminhado a todos. Nesse momento vou levantado a dúvida quanto a paridade
400 ou não deste conselho porém a presidente Cynthia sugeriu que essa discussão
401 ficasse para a próxima reunião, principalmente para que os novos conselheiros
402 possam entrar nessa discussão. A presidente continuou sua fala explicando aos
403 novos conselheiros que o regimento interno foi produzido na primeira gestão e
404 estava passando pela COJUR de gestão em gestão e somente neste momento é
405 que foi obtido um parecer final. A presidente solicitou para que a partir dessa
406 resposta seja feita uma análise, encaminhada e, devolvendo com a anuência para
407 publicação. A presidente Cynthia concluiu sua fala comentando que o João fará a
408 devida análise uma vez que foi ele quem fez a redação final. A presidente
409 finalizou sua fala sugerindo que não fosse discutido o regimento interno nesse
410 momento, e que esse fosse aprovado do jeito que vier, pois se trata de mais um
411 mecanismo de consolidação do conselho e, em outro momento fosse lutado pela
412 paridade na instância do legislativo estadual. Após discussão sobre o regimento,
413 a presidente provocou o grupo no sentido de que fosse tomada uma posição
414 quanto ao fechamento das unidades da Defensoria Pública de Joinville e
415 Criciúma. A conselheira Anne colocou que ao total serão fechadas 43 unidades
416 em todo o país. A presidente perguntou a conselheira Anne se esta não poderia
417 elaborar a nota de repúdio contra o fechamento dessas unidades e a conselheira
418 responde de forma afirmativa. Nesse instante a presidente passou para o próximo
419 informe – **convite do Seminário de Lages**. A conselheira Erli informou que no
420 dia 26 de Julho, das 8 horas e 30 minutos às 17 horas acontecerá o Seminário
421 Estadual sobre Direitos Humanos, comentou que a Anne e a Yara participarão do
422 evento e que está aberto para participação de todos. A conselheira concluiu sua
423 fala informando que serão abordados vários temas e com encaminhamentos.
424 Finalizado o convite passou-se para o próximo informe – **Campanha Agosto**
425 **Lilás e Lei Maria da Penha**. A conselheira Aretusa introduziu sua fala relatando
426 que por agosto ser o mês alusivo a Lei Maria da Penha, o evento será instituído
427 através de um Decreto, como uma Campanha Permanente no estado de Santa
428 Catarina e, assim durante todo o mês de agosto acontecerão movimentos, ações
429 e atividades voltadas à conscientização da Lei. A conselheira relatou ainda, que
430 no dia 07 de agosto, que é o dia do 13º aniversário da Lei, será instituído este
431 Decreto, do Agosto Lilás e, também estão desenvolvendo um programa para ser
432 lançado neste dia que garante cotas no mercado de trabalho na contratação de
433 terceirizados para mulheres vítimas de violência num percentual de até 2 (dois)
434 por cento do total de contratados. A conselheira complementou sua fala
435 informando que existe um Comitê Intersetorial, da qual a conselheira Rose (SED)
436 faz parte e estão sendo desenvolvidas ações do Agosto Lilás. A educação junto

437 com a polícia civil tem atribuições, a polícia militar irá fazer blitz educativa,
438 divulgando o 190, o rede Catarina, cada Secretaria terá suas ações. A conselheira
439 relatou ainda sobre a EPAGRI que possui um cronograma, encontro de
440 agricultoras de um ano para outro. E os encontros de agosto dessa entidade, será
441 aberto espaço para que a assistência social dos municípios possa também ter a
442 oportunidade de falar sobre a violência doméstica e familiar que atingem as
443 mulheres do campo e, desta forma as mesmas possam conhecer os seus direitos,
444 a lei, os tipos de violência que a lei identifica e que tipos de serviços o município
445 oferece no caso de acolhimento dessa mulher. A conselheira finalizou sua fala
446 informando que esse encontro acontecerá nos municípios de São José do Cerrito,
447 Urupema e São Joaquim e pediu ajuda da conselheira Erli, uma vez que esta é
448 representante do Conselho Municipal de Direitos da Mulher do município de
449 Lages, no sentido de estar articulando uma abertura de fala sobre essa temática.
450 A conselheira informou ainda que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento
451 Social (SDS) estará disponibilizando para todo o Estado nos CRAS e CREAS
452 uma cartilha online orientando como acolher essa mulher, para onde encaminhá-
453 la e que serviços a mesma pode buscar. Nesse momento a presidente informou
454 que será discutido o último informe – **Reforma da Previdência**. A presidente
455 informou que havia uma proposta da conselheira Arlete (SES) para apresentação
456 sobre esse assunto na próxima reunião, todos concordaram em fazer a
457 capacitação e, dando prosseguimento a presidente Cynthia sugeriu que fosse
458 tirada nota contrária quanto a primeira parte, aprovada em congresso, da Reforma
459 da Previdência. A presidente então se comprometeu a redigir a nota, encaminhar
460 via correio eletrônico e quem for contrário, se manifesta. O conselheiro Elias
461 Zacarias Romão (IMA) sugeriu que a nota fosse publicada na fanpage do
462 Conselho. A conselheira Erli comentou que em relação ao Seminário,
463 considerando que a próxima plenária acontecerá dia 08 de agosto, a mesma
464 propôs que a roda de conversa aconteça no final do mês de agosto, como
465 fechamento da Campanha Agosto Lilás. A conselheira Aretusa comentou que
466 gostaria de estar incluindo na programação esse momento com os conselheiros
467 homens onde foi sugerido que quem conduziria o encontro seria o Dr. Takashima.
468 A conselheira Aretusa concluiu sua fala sugerindo a participação conjunta do
469 Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM) e em sequencia indagou
470 sobre a questão dos conselheiros que recebem diária de que forma isso poderia
471 ser resolvido. A conselheira Erli propôs que fosse feita uma convocação
472 extraordinária. A presidente Cynthia então sugeriu para que essa deliberação
473 ficasse registrada em Ata, que este conselho convocará uma plenária
474 extraordinária com o fim de se fazer o debate da violência contra a mulher sob a
475 ótica masculina e para que desta forma possa ser apresentada e reivindicada.
476 Nada mais havendo a tratar, a conselheira Cynthia **finaliza a plenária (Ponto 10**
477 **da pauta – encerramento)**, e agradece a participação de todos; e eu, Manuela
478 Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, a qual, após lida e aprovada,
479 será devidamente publicada no portal da SST-SC.

480
481
482
483
484
485
486
487